

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora Executiva*ETEVALDO DIAS — *Diretor (Brasília)*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*MERVAL PEREIRA — *Editor Executivo*ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*

Ajuste Transparente

Quando, em 28 de outubro passado, o Banco Central se retirou do mercado do ouro na BM&F e o dólar paralelo passou de Cr\$ 1.000,00, muitos economistas, inclusive os com passagem pelo governo, garantiram que a hiperinflação havia chegado, e a única saída era a dolarização. Em um mês, os fatos desautorizaram as estimativas.

Este ano, muitas previsões negativas já foram feitas: a nova disparada da inflação era considerada inevitável; o acordo da dívida externa não ia ser fechado; sem o ajuste fiscal, a política monetária não teria efeito; a crise política tornaria a economia ingovernável.

Os fatos desmentem outra vez os consultores econômicos e políticos que preparam cenários sombrios para os clientes: quem se prepara para o pior sai ganhando com bem menos. Só com um amplo horizonte, os agentes econômicos (nacionais e estrangeiros) se sentirão confiantes para realizar investimentos de médio e longo prazos. Investimentos são indispensáveis à modernização tecnológica, de modo a capacitar a indústria nacional para enfrentar, em condições de igualdade, o produto estrangeiro no Brasil e no exterior, durante o processo de abertura e internacionalização da economia brasileira.

O acordo da dívida externa foi fundamental para equacionar a longo prazo o impacto do serviço da dívida no balanço de pagamentos e nas finanças do setor público — que havia assumido 90% da dívida total. Mas ele só resolve parte do problema. É preciso agora que a sociedade brasileira receba sinais claros de como irão marchar futuramente a receita e a despesa do Estado.

O esboço da reforma fiscal apresentado pelo

Ministério da Economia contém respostas que há muito a sociedade exige, mas o próprio governo precisa decidir o que pretende antes que a matéria vá ao Congresso. O esboço oferece uma saudável simplificação no número e na forma de incidência dos impostos, eliminando uma excessiva tributação em cascata que só contribuía para agravar a perversa distribuição de renda, através do repasse dos impostos indiretos aos preços dos produtos consumidos pela maioria da população.

Mas não cabe apenas resolver o problema fiscal, que é a raiz do processo inflacionário brasileiro e a chave para a estabilização e o retorno do crescimento sem risco de volta da inflação. É preciso aumentar a eficiência da máquina arrecadadora do Estado, simplificando as formas de tributação para facilitar a cobrança, sem riscos de perda ou desvio de dinheiro público. A máquina burocrática brasileira vive de criar dificuldades para vender facilidades.

A credibilidade com que a sociedade brasileira tem distinguido o ministro da Economia, Marcelio Marques Moreira, pelo continuado respeito às regras do jogo e aos padrões éticos de condução da política econômica, poderia aumentar, e muito, se o governo aproveitasse o envio da proposta de reforma fiscal, para firmar um compromisso com a sociedade de aumentar a transparência do balanço fiscal do Estado, prestando amplo esclarecimento do que faz com o dinheiro que arrecada.

Além da simplificação tributária para legalizar a economia informal, essa seria a melhor contribuição para diminuir os alarmantes índices de sonegação, que a reforma fiscal pretende alcançar.